

CONFERÊNCIA

PARA A HISTÓRIA DA CULTURA DO SÉCULO XIX PORTUGUÊS (1)

A Vitorino Magalhães Godinho

Se uma das mais veementes preocupações do homem é compreender claramente o seu tempo, as forças que nele se chocam e degladiam; se o futuro será, em grande parte, o que a ação humana modelar de harmonia com as forças em jôgo — uma e outra coisa serão certamente prejudicadas se na nossa mente de homens de 1952 não existirem noções claras e objetivas acerca do nosso comum passado. A dignidade da história chama-se busca da objetividade; todavia, a objetividade da pesquisa histórica não é sinônimo de alheamento dos problemas e dos dramas do nosso tempo, nem passividade ante os indecisos contornos do futuro. Parafraseando Unamuno: o historiador que não seja um homem, será tudo que quizerdes excepto historiador. Poderá, acaso, ser útil antiquário, um escabichador de miudezas muitas vezes necessárias; todavia, a aridez da sua pesquisa não será cortada por um único raio de esperança que contribua para dar sentido à vida dos homens, à nossa vida. Daí, a responsabilidade da ciência histórica duplamente porque, além de ciência que busca entrever o passado tal qual êle teria sido, necessariamente mergulha suas raízes na problemática do nosso tempo. Isto, porém, não significa, previna-se a tempo qualquer possível equívoco, que a história possa existir independentemente de atitude científica de quem a enfrente. Não; “estudo cientificamente conduzido”, aproximar-se-á tanto mais do seu objecto quanto mais exemplares forem os rigores, as cautelas, e mais aperfeiçoadas as técnicas mediante as quais, e apenas mediante as quais, poderemos ter a justa pretensão de compreender as épocas passadas na sua especificidade temporal. Quer isto, afinal, dizer que a história tanto como a física ou qualquer outra ciência nada tem, hoje, que ver com o amadorismo. Se, em última análise, todo o passado pode importar à compreensão do pre-

(1). — Conferência proferida no Institut Français, de Lisboa, em maio de 1952.

sente, quase sempre o passado mais próximo tem para nós um interesse mais premente — e tal, que, muitas vezes, levados por essa natural tendência de compreender os problemas do nosso tempo, além do mais, também em função da sua gênese, somos levados incriticamente a projetar no passado, como sua essência, o que, afinal, o é apenas da nossa própria historicidade; a vermos o passado apenas através das lunetas do presente; a julgarmos conhecer o que, afinal, ignoramos. Marchar do presente para o passado, além de indispensável em determinadas investigações históricas, é coisa desejável, embora nem sempre fácil, em toda a pesquisa desta ordem. Mas a história apenas se constituirá quando o historiador realize a inversa jornada. Como escreveu Michelet: "Aquêle que pretender circunscrever-se ao presente, ao atual, não compreenderá o atual" (2).

Os homens mudam e permanecem. O choque entre o que muda e o que permanece define, social e psicologicamente, os homens de um período. Conflito latente ou declarado nas técnicas do *homo faber*, na utensilagem mental do *homo sapiens*, nas relações entre os componentes de um dado grupo humano situado no tempo. Porém a mudança e a permanência não se mantêm, através do fluxo temporal, na mesma rígida relação. Em determinadas épocas, os ritmos de transformação e evolução são mais rápidos e amplos, noutras mais vagarosos e de menores amplitudes. Comparem-se os muitos milhares de anos da pré-história e os cem anos do século XIX, ou até, apenas, a sua última metade: evidentemente o ritmo de evolução ressalta, diversíssimo nos períodos considerados. A evolução humana não é isócrona. Em poucos anos, a mudança pode ser maior do que em milhares. São os períodos críticos, aquêles em que se desencadeam as revoluções. Portanto, num período de décadas pode ter havido mais profundas transformações na orgânica social, nas técnicas revolucionadoras de um dado meio, no psiquismo humano, do que em longos períodos de evolução mais lenta, mais rotineira. Ora, tudo parece indicar ser o século XIX ou, em Portugal, alguns dos seus períodos, uma dessas épocas de profunda transformação nos ambientes técnicos e mentais, e que certos grupos sociais oitocentistas signifiquem uma nítida vitória da transformação que nos permita compreender, por comparação, o significado do que esteve antes, e do que se lhe sucedeu. A proximidade cronológica, e, até, a proximidade geográfica, pode não significar estreita afinidade mental e social entre os homens, digamos, pertencentes a duas gerações separadas apenas pelo tempo diversificador do avô e do neto. A nossa própria experiência pode, aqui, ser um dado valioso para o estudo dos sucessos anteriores similares. Apesar da complexidade do conceito de geração e das possíveis linhas de continuidade para além dos conflitos, não é verdade, por exemplo, que

(2). — Cit. por Marc Bloch, *Métier d'Historien*, p. 9.

relativamente a cada uma das gerações: geração saudosista da *Renascença Portuguesa*, geração do *Orfeu*, e a da *Presença*, e a de 1939-40, poderemos definir as vivências respectivas, sua gênese, suas lutas e evolução? Tudo isto significa, afinal, o seguinte: pôr o problema do que nos separa dos homens dos diversos períodos do século XIX e também do que, hipoteticamente, a eles nos une. Pôr o problema da historicidade *sui-generis* do século XIX; precaver-nos, além do mais, contra o perigo e a fascinação do anacronismo. E, desde já, um esclarecimento. Procurar evitar o anacronismo não é coisa que, por si só, caracterize a historiografia contemporânea. Sempre, através dos tempos, os bons historiadores tentaram vencê-lo. Porém, talvez possuamos nós instrumentos mais aperfeiçoados do que os usados pelos nossos antecessores, instrumentos que nos permitam aspirar a uma mais perfeita eliminação desse vício, latente em quase todos os nossos esforços, à espreita da mais breve desatenção para nos destruir, pela base, os esforços de anos, e talvez, até, de uma vida. Retomemos o fio do discurso: o problema a que me referia é este: *há ou não uma história do século XIX inteiramente por fazer, ou por refazer?* Julgo que ela está por fazer, e por refazer. Certos aspectos, e talvez fundamentais, nunca foram estudados, a não ser pela rama, e alguns nem assim; por exemplo: a industrialização, o ensino público e privado, a utensilagem mental e suas transformações, etc. Outros aspectos, embora de pontos de vista particulares estudados, pelo simples fato de se ter de os integrar em nova perspectiva, assumirão necessariamente nova ou novas feições. E essa história do século XIX continuará por fazer, mesmo que seja abordada deste ou daquele ponto de vista, enquanto se não partir do pressuposto de que entre nós e os homens de oitocentos existem, acaso, mais vincadas diferenças do que as que a nossa imaginação acrítica espontaneamente é levada a supor. Urge perguntarmo-nos, claramente, se, sem prévios cuidados, estamos aptos a interpretar, a compreender o sentir, o pensar, o querer dos homens dos diversos períodos de oitocentos? Se é possível e legítimo, entre nós e eles, o diálogo, o debate num mesmo plano de inteligibilidade como se reagíssemos, uns e outros, às mesmas condições ambientes? Consideremos apenas alguns acontecimentos capitais que necessariamente exerceram ação sobre a mentalidade, e sobre a vida dos homens, decorrida, por exemplo, entre 1870 e os nossos dias: as vicissitudes da industrialização e do fomento dos transportes e comunicações, aspectos da revolução do vapor; a segunda revolução industrial: a crise mental dos fins do século XIX: o automóvel. o avião. o cinema e a T.S.F., o surto de novas experiências políticas; o traumatismo de duas guerras em escala mundial. Isto claro está, se considerarmos um período do século XIX bastante próximo temporalmente de nós. Se recuarmos no tempo, as diferenças a estabelecer, entre a nossa época e o passado, serão maiores, mais nítidas, mais

contrastantes. Mesmo que o ritmo de evolução no Portugal oitocentista venha a ser determinado como menos intenso de que o de alguns outros países europeus, tudo parece indicar que o Portugal antigo, rotineiro, tradicionalista se esboroa e assume aspectos novos, em crises evolutivas — viragens de estrutura? — das quais apenas têm sido estudados os aspectos políticos e literários. Ora, a transformação portuguesa oitocentista não foi apenas política, mas também, e essencialmente, social, econômica, técnica, mental, num conjunto possivelmente conexo inteiramente ainda, por determinar nos nossos dias.

Em suma, entre os ritmos da nossa vida atual, as nossas mentalidades, os nossos viveres quotidianos, e os ritmos da vida em diversos períodos do século XIX, as suas mentalidades, os seus viveres quotidianos — *há diferenças a estabelecer*, como também há a estabelecer as semelhanças: nem uma nem outras podem ser pontos de partida da pesquisa, mas tão só pontos de chegada. Entre nós e os homens dos vários períodos do século XIX, situam-se acontecimentos materiais, sociais e ideológicos que de duas uma: ou não podem ter deixado de influenciar poderosamente os homens — ou o tempo, carregado de acontecimentos, passa impunemente sobre o Homem eterno! Sem rodeios de qualquer espécie, prefiro a primeira hipótese. E preferindo-a, crendo na historicidade do século XIX, percepcionando a importância da compreensão deste período para a *compreensão* do nosso próprio tempo, — pergunto-me de que princípios metodológicos devemos lançar mão para abordarmos objectivamente esse período. De dois, em primeiro lugar, e para principiar, me parece urgente socorreremo-nos:

- 1) *Esquecer o que se julga sobre o período.*
- 2) *Considerar como história a valer a do século passado, — tão difícil como qualquer outra, e talvez mais, pela abundância de documentação existente que condiciona novas técnicas de investigação, que exige o trabalho de equipas, das quais, ai de nós, tão longe ainda estamos!*

E porque esquecer o que julgamos saber? Acaso, pelas seguintes razões:

1) Dispomos nós, os homens de 1952 que se dedicam à história, de uma perspectiva temporal, de teorias e instrumentos de compreensão histórica, próprios do nosso tempo, de tal modo que apenas em função deles a inteligibilidade dos acontecimentos se nos torna possível.

2) Conhecem-se, quando é caso disso, as interpretações históricas de Oliveira Martins, de Teófilo Braga, de Silva Cordeiro; os romances de Camilo, de Eça, de Júlio Dinis; vários outros documentos literários. Ora, essas interpretações, essas visões da realidade coeva, por mais importantes que sejam, condicionadas que foram pelo seu tempo, são hoje, também, *objeto historiável*, elemen-

tos a integrar num todo orgânico e inteligível. Não são a história, não são a compreensão do século XIX, mas testemunhas, fontes primárias de valor vário para a elaboração da história da época de que datam.

3) Pela força das circunstâncias, só nós vamos dispor de documentos que no século passado eram confidenciais e inalcançáveis pelo historiador.

4) A psicologia científica é obra do nosso século. Só o seu extraordinário desenvolvimento permitiu ao historiador dos nossos dias pôr o problema da criação da psicologia histórica, instrumento de compreensão objetiva do passado, e compreensão, em si mesma, do dito passado.

E porque considerar a história desse período história a valer, com tôdas as dificuldades inerentes a essa pesquisa científica? Porque a história, se pretende ser uma atividade científica, tendente à compreensão da realidade objectiva do fluir temporal, mesmo que de história contemporânea se trate — a história de ontem, a de há um ano, a de há dez — se ela é possível, tem de considerar a existência de um objeto postulado mas desconhecido, e a desvendar, do qual não nos poderemos aproximar senão através dos métodos próprios da pesquisa histórica. Porque proximidade temporal não significa necessariamente identidade mental, nem sequer semelhança. Além de tudo o mais, acresce que, se Fustel de Coulanges pôde afirmar, referindo-se à história em geral, serem necessários anos de análise para permitir um dia de síntese, as dificuldades da síntese, objetivo final de tôda a pesquisa, aumentam, aqui, de modo assustador, quase fazendo desesperar o investigador solitário — todavia, em compensação, aumentam as possibilidades de elaboração de síntese mais duradoiras.

Não poderia ter, nem tenho, a pretensão de estudar integralmente o século XIX. Um tal *desideratum* só poderia ser prosseguido, e alcançado, por uma numerosa equipe de historiadores trabalhando em íntimo contacto, em permanente colaboração. Esperando, um dia, ver constituída essa equipe, tenho de apresentar, por ora, um escopo modesto, embora não tanto quanto seria de desejar, e quanto eu desejaria, se tivesse companheiros na jornada iniciada há mais de um ano. O meu objetivo é a história cultural do século XIX; mais especificamente: as formas de mentalidade portuguesa e sua evolução ao longo desse século, consideradas não apenas através da expressão literária, como tradicionalmente o é, o que seria limitar o âmbito da pesquisa, mais fundamentalmente, em função das seguintes variáveis:

- 1) Das transformações materiais operadas no país.
- 2) Da orgânica social e sua transformação.
- 3) Da utensilagem mental.
- 4) Das correntes ideológicas.

Ora, isto exige um esclarecimento e uma justificação. Por transformação material entendo, especialmente, em função do meu objetivo as características e evolução da técnica industrial, da técnica agrícola, da técnica comercial, dos transportes e comunicações, e tudo o que se repercute de modo apreensível no teor geral, da vida do país. Torna-se evidente que seria ótimo poder considerar também a economia em todos os seus aspectos, e que, sem êsses elementos nunca poderemos ter a pretensão de ter suficientemente compreendido a realidade enfrentada. Todavia, há que dividir tarefas, e não vale a pena conceber planos irrealizáveis por um único indivíduo. Incluir no meu plano a economia significaria, irremediavelmente, perder de vista o objetivo que me propus. Entretanto, o estudo da transformação material e suas repercussões na mentalidade dos vários grupos sociais apresenta-se-me como um meio cômodo e seguro, embora incompleto, de referências coordenadas do desenvolvimento mental e cultural em função das quais êste assumo, presumo eu, claro significado. Um modo, talvez seguro, de evitar dois males ambos de evitar: que a história da cultura sobrenade milagrosamente uma realidade ignota, ou a ela se prenda por fios rudimentares, de discutível solidez.

Porém, considerar apenas a transformação técnica, isso poderia conduzir-nos, acaso, a uma visão unilateral da realidade cultural portuguesa que, ao que suponho, seria ilusão tão perigosa, como julgar ser a cultura portuguesa apenas o conjunto das suas manifestações literárias. Há que cindir, antes de agregar; há que levar a análise até à mentalidade característica dos diversos grupos sociais e profissionais, aos interesses dominantes nos grupos rurais e urbanos, camponeses e pastores, à mentalidade e interesses dos artifices e operários etc. Donde decorre ter também de ser social e demográfico o inquérito a efetivar. Não importa apenas referenciar, genérica e abstractamente, de que modo se pensava e o que se pensava, de que modo se sentia, o que despertava a reacção afectiva. É necessário levar mais fundo o inquérito e buscar saber que grupos sociais tinham alcançado determinado nível mental, qual a extensão e profundidade dos interesses e atitudes comuns. Por sua vez, isto parece significar a necessidade do estudo da utensilagem mental, ou utensilagens, existentes e das quais o homem coevo se servia para pensar e para exprimir o pensamento.

Dada a aritmia entre a evolução portuguesa oitocentista e a evolução coeva da França e Inglaterra, por exemplo, há que tomar-se em conta, ao que creio, a influência estrangeira e as reacções portuguesas às idéias, às atitudes, aos costumes dos países que comandam o teor geral da cultura europeia oitocentista. Receio bem o seguinte: uma investigação sobre a cultura portuguesa que não atenda às relações, em especial, com a França, com a Inglaterra, com a Espanha, cairia numa visão viciada das características da cultura portuguesa, particularmente no respeitante às idéias e às atitu-

des típicas da *elite* intelectual. Como cairia no erro oposto aquêlê esforço de investigação que apenas atendesse à influência estrangeira, ignorando ou sub-valorando a realidade nacional, as correntes nela desenhadas, os problemas portugueses, nos quais se inserem ou não determinadas soluções estrangeiras ou nacionalizadas. Daí, o termos, em Portugal, de entrar em linha de conta com as ideologias nacionais, ou nacionalizadas, ou desfiguradas, uma vez adaptadas à nossa realidade histórica. Termos de averiguar como certas sementes de procedência estrangeira germinaram e outras não no solo português. E, evidentemente, as razões que explicam o fato.

Para efetivar, ou ir efetivando tal objetivo, modesto em relação ao todo ignorado, ambicioso se atendermos aos elementos de que dispomos, há que enfrentar e resolver uma série de problemas, intimamente inter-conexos, e que a análise obriga a cindir para, posteriormente, se vir a obter a síntese, aspiração sempre necessariamente presente nos esforços duma história autêntica. A análise não é um fim; é um meio indispensável à compreensão totalizante, estrutural da realidade histórica. Mas se queremos eliminar, tanto quanto possível, as humanas probabilidades de erro, as sínteses fascinantes mas infundamentadas, há que evitar-se a pressa, a pressa mortal.

O primeiro e prévio problema fundamental que, em minha opinião, devemos abordar, é o seguinte:

— *Meio natural e meio técnico e sua inter-dependência.*

Seria sugestivo imaginar, na pegada de Georges Friedmann (3), o meio natural como o "Conjunto das condições de vida da humanidade ocidental na civilização pré-maquínista, que precedeu as revoluções industriais" (4) e como *meio técnico* apenas o que as referidas revoluções condicionaram. Sugestivo, sem dúvida nenhuma — mas, ao que me parece, também errado. Unificar, sob uma designação comum, o conjunto de milenários esforços de transformação de sucessivos meios técnico-naturais, é essa uma das tais abstrações contra as quais intento lutar. A importância das revoluções industriais setecentista e oitocentista, a sua primazia para a compreensão dos eventos contemporâneos, não nos deve conduzir à suposição de que, apenas com o maquinismo, o pensamento humano teria sofrido uma tal transformação qualitativa que nos permita falar, sem equívocos, das diversas mentalidades do meio natural, e do meio técnico, considerados como anteriormente definimos. Creio que a descoberta do fogo e as conseqüentes invenções no longínquo paleolítico; que a invenção da imprensa nos fins da Idade-Média e o seu emprêgo na difusão do pensamento e na criação de determinados "climas" mentais; que a descoberta da nave-

(3). — *L'homme et le milieu naturel* in OÙ VA LE TRAVAIL HUMAIN, 1951.

(4). — *Ibidem*, p. 39.

gação atlântica e suas implicações históricas, para citar apenas alguns exemplos, são *funcionalmente* tão importantes como a descoberta da força do vapor de água e a invenção da respectiva máquina, na segunda metade do século XVIII. Vários meios técnicos, pois, podemos nós pressupor entrecrocando-se através do fluxo temporal, integrando sucessivamente as anteriores invenções técnicas, numa rede cada vez mais apertada e mais vasta, atestando o progressivo domínio do homem sobre o primitivo meio cultural, implicando transformações na vida, no pensar, no sentir, no agir do homem, em consequência da reação a um meio dinâmico pelo seu próprio agir em parte criado e recriado. Afastando-nos dos termos de Friedmann e aproximando-nos mais, talvez, do espírito do seu inquérito, afigura-se-me impróprio falar de meio natural, porque o meio em que decorre a vida humana é sempre um dado meio técnico. E como defini-lo? Como distinguir um meio técnico, de outro? Pelo equilíbrio, em dado momento existente, entre, por um lado, a natureza, e, por outro, o conjunto de técnicas que permitem ao homem viver, agir, sentir e pensar de um modo temporalmente determinável, fruto desse equilíbrio, criador de típica ambiência total. Mas eis que esse equilíbrio novo ou novos inventos permitem novas formas de ação que, por sua vez, condicionam novas formas de pensar, novas formas de sentir; eis que o equilíbrio se rompe: inicia-se um período de instabilidade geral, ou mais restrita, conforme a amplitude da rotura, fomentador de novo equilíbrio, de novo meio técnico, de nova mentalidade. E, ao que parece, assim sucessivamente.

Só agora, feito este esclarecimento que me pareceu necessário, poderemos aceitar as seguintes afirmações de Friedmann: “O homem muda. Os modos de pensar não são menos variáveis, relativos, ligados ao conjunto das condições duma civilização, do que os modos de perceber ou de sentir. Os caminhos (*démarches*) lógicos do pensamento nos contemporâneos de Lutero não são os mesmos do que nos utilizadores do cinema e do avião. O meio natural [eu diria o meio técnico pré-maquinista] que ainda domina a Europa Ocidental do século XVI é acompanhado por uma mentalidade diferente da dos homens do meio técnico [eu diria: do meio técnico maquinista]. A mentalidade dos indivíduos, *num dado grupo humano* (sublinhado meu), é inseparável do conjunto das suas condições de existência e particularmente do estado dos conhecimentos, das técnicas e da linguagem de que dispõem para exprimir-se” (5).

Enfrentando, com semelhante espírito, a realidade portuguesa oitocentista, deveremos determinar previamente os seus diversos meios técnicos, infelizmente tarefa ainda quase totalmente por levar a cabo. Conscientemente empregamos a expressão *meios té-*

(5). — *Ibidem*, p. 33.

cnicos, porque de plural se trata, quer consideremos a evolução cronológica quer, num determinado período, a coexistência geográfica. Se se pretende uma visão de conjunto, não importa determinar apenas o ritmo da industrialização maquinista nos centros fabris mais importantes, Lisboa e Pôrto, por exemplo. E' necessário também estudar a coexistência de meios técnicos diversos, e a irradiação dos novos ritmos de produção, até ao posterior equilíbrio que uma rêde de transportes e comunicações revolucionárias, contribui poderosamente para estabelecer, em dado momento, no país.

Apresentemos um exemplo: em 1845, poderemos verificar a existência, em Portugal, de algumas poucas dezenas de máquinas acionadas a vapor e, se disso agora se tratasse, poderia, já, determinar objetivamente a natureza e o ritmo da industrialização portuguesa de 1800 a 1845, considerada geograficamente. Da existência, em Portugal, de máquinas a vapor, vou concluir apressadamente pela existência de um meio técnico maquinista? Seria uma perigosa ilusão, porque a indústria portuguesa da época utilizava principalmente a energia braçal, embora a energia hidráulica e a do fogo contribuissem com a sua quota parte para o esforço industrial da nação; porque máquinas a vapor existem apenas em Lisboa, Santarém, Pôrto e Portalegre, e o Pôrto, cujo ritmo de desenvolvimento industrial é, no espaço de tempo considerado, mais rápido que o de Lisboa, possui para 186 estabelecimentos fabris, que pude referenciar, apenas 4 máquinas a vapor! Em Lisboa, para 198 estabelecimentos fabris existem 26 máquinas a vapor. No entanto, em Lisboa e Pôrto, Portalegre, Marinha Grande e Tomar existem concentrações operárias superiores, apenas numa fábrica, a 300 indivíduos, por fábrica, alcançando 407 na Fábrica do Tabaco no Pôrto. E será por acaso que a força braçal predomina no Pôrto e em Lisboa (e mais no Pôrto do que em Lisboa), reduzindo-se em Coimbra, Leiria, Santarém?

E uma vez considerados os vários núcleos industriais, sua importância, seu estádio técnico, não, haveria que procurar conhecer as mútuas influências, o intercâmbio dos produtos e das idéias? A êste respeito posso, desde já, dizer que é possível determinar objetivamente as zonas de influência de cada um dos centros industriais portugueses, desde os maiores aos mais insignificantes, em 1822-23, e que êsse trabalho já o tenho realizado.

Tudo isto, porém, não significa, parece-me, mesmo que apresentasse muito mais dados de que tenho conhecimento, ter determinado, de modo claro, o meio técnico-natural da primeira metade do século XIX. Não. Essa tarefa só terá sido levada a cabo quando se tenha entrevisto o teor geral da vida da população portuguesa, porque a atividade industrial embora direta e indiretamente se repercute em todo o conjunto nacional interessa mais concretamente apenas uma pequena fração dos portugueses do referido período. Quando se compreenda a força e amplitude das atividades rotineiri-

ras (no campo, na vila, na cidade, nos portos) e como nelas se inserem os novos ritmos revolucionários que a industrialização deve ter implicado — e assim se apreenda o ritmo ou os ritmos do teor da vida quotidiana. Interesses dominantes, percepções, sensibilidade, formas de ação — e simpatias e repulsões condicionadas por uma realidade que se apresenta estratificada social, técnica e mentalmente.

Como, depois, um novo meio técnico revolucionário gradualmente se sobrepõe ao anterior, com o incremento industrial e mais fácil expansão dos seus produtos devido aos caminhos de ferro, com novos quadros espaço-temporais que o desenvolvimento das comunicações e dos transportes condiciona, com nova facilidade na expansão de idéias e atitudes inovadoras, com uma maior aproximação do estrangeiro devido às ligações internacionais — tudo isso é matéria a estudar, e que está no meu intento realizar, e sem o que me não parece fácil, nem talvez possível, compreender coisa nenhuma do que, efetivamente, então, aconteceu de significativo no nosso país. Suponhamos, por um momento, que um tal objetivo estaria realizado. Não é verdade que, então, e só então, estaríamos aptos a compreender a trajetória mental de um Herculano, de um Garrett, de um Passos Manuel, de um Costa Cabral e dos grupos sociais a que pertenceram, dos quais sofreram influência, sobre os quais por sua vez a exerceram?

Porém, um segundo problema, não menos importante, há-de, agora, solicitar a nossa atenção. — *A orgânica social e suas transformações.*

Sem indagarmos qual a estrutura social portuguesa, qual a importância relativa das classes e dos vários grupos sociais, quais os elementos dinamizadores e rotineiros, o anterior inquérito dificilmente se concretizaria numa visão objetiva da realidade cujos segredos se procuram desvendar. Urge determinar, no conjunto social português, a importância relativa das classes e sub-agrupamentos, demográfica e geograficamente considerados, as atividades características a que se dedicam, e de que modo, e como que instrumentos, e com que eficiência, e com que mentalidade as levam a cabo. Não menos importante é o estudo das atitudes típicas e comuns dos vários grupos sociais, dos pontos de contacto, e das mútuas relações e mútuas influências entre eles existentes. A persistência e estrutura de uma nobreza; a extensão, a força e vicissitudes de uma grande e pequena burguesia; a massa dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais, o conjunto de artífices e operários — realidades prévias a considerar e que só aleatoriamente poderão ser, e quando o possam, deduzidas de fontes literárias, dos discursos dos políticos. Ao invés se há-de seguir, se se quiser encontrar explicação cabal para o significado dos movimentos lite-

rários, do sentido da oratória coeva, das ideologias e sua irradiação.

Particularmente, na segunda metade do século XIX, e, especialmente, no último quartel, assume especial significado o estudo da população operária portuguesa, pelo relativo dinamismo de que se reveste, pelos conflitos de toda a ordem que o seu desenvolvimento significa e de que, também, por outro lado, é expoente. Sem isso, como compreender o significado da ideologia socialista e republicana, do seu choque e devir, das reações nacionais em torno delas desencadeadas? E, aqui, para exprimir mais claramente o meu pensamento concretizemô-lo mediante o seguinte exemplo. Suponha-se que intentamos compreender o alcance, a repercussão nacional da ideologia socialista, de 1870 a 1880. O total da população portuguesa orça, então, por 4.300.000 habitantes. Nas cidades, a população total é de 490.000 habitantes, cabendo a Lisboa 187.000 e ao Pôrto 87.000. O total da população portuguesa que se dedica a atividades fabris, officinais e artesanais é, segundo o Inquérito Industrial de 1881, de cerca de 90.000 individuos, incluídos os artífices, e os mestres e aprendizes de pequenas officinas; incluídas também as mulheres e os menores — mas operários varões existem em todo o país, menos de 10.000, e Lisboa, à sua conta, não tem mais de 2.500 operários e 1.100 operárias (6).

E' entre êsses homens que se vão recrutar os leitores do *Pensamento Social*? Quantos dêles tinham a possibilidade de comprar o jornal? (*A República*, de Oliveira Martins, custava 20 rs. cada exemplar. . .) Quantos dêles eram analfabetos? Quantos dêles poderiam entender a prosa de Antero, de Fontana e de outros propagandistas das novas idéias? Que poderiam pensar, e que pensavam, das idéias socialistas os operários portugueses? *A República Federal*, depois de três anos de publicação semanal, contava com a bonita soma de 536 assinantes. . .

Em 1871, o circumspecto Pinheiro Chagas declarava: "começa entre nós a ampliar-se o movimento socialista, ainda que não de tal modo que nos possa inspirar inquietações sérias. Os nossos operários desconheciam, contudo, a greve e já começam, aqui ou além, a cravar os dentes nesse fruto proibido." (7). Por outro lado, Oliveira Martins confirma: "A Espanha teve Cartagená, a França teve ainda a Comuna de 71: nós tivemos umas greves apenas, por não possuímos suficiente indústria fabril" (8). As idéias e atitudes de um Antero, de um Fontana, de um Oliveira Martins, de um Teófilo e de muitos outros menos ilustres é, em função desta e doutras realidades sociais que têm de ser estudadas e compreendidas. Sem êsse estudo prévio, não ultrapassaremos a fa-

(6). — Inquérito Industrial, de 1881.

(7). — *Jornal Echo Americano*, de 23-12-1871.

(8). — *Portugal Contemporâneo*, II vol., p. 381, etc.

se polêmica e nem sequer esboçaremos a história científica que o nosso tempo de nós exige.

Por via semelhante é que poderemos compreender — parece — a expansão da ideologia republicana; assim como, para citar outro exemplo, as razões por que, em 1870, os autores com mais obras à venda eram Camilo Castelo Branco, Paulo de Kock e Júlio César Machado; e porque em 1884, se publicavam, num só ano, 30.000 exemplares da *Cartilha do Povo* de José Falcão, escrito de propaganda republicana (9).

O estudo da população operária portuguesa implica a correlativa atenção ao evoluir das outras classes. Se houve industrialização, não cresceu apenas a classe assalariada mas também a patronal, a comerciante, etc. O equilíbrio ou desequilíbrio das forças em presença nos fins do século dar-nos-á, ao que supomos, a chave da crise mental dessa época, expressa pelo ideário da geração de 90.

Um terceiro problema a enfrentar, para cabal realização do objetivo proposto, é o da *utensilagem mental* da civilização portuguesa oitocentista, questão inteiramente por abordar, entre nós.

“A cada civilização — diz Lucien Febvre — a sua utensilagem mental; melhor, para cada época duma mesma civilização, para cada progresso, quer das técnicas quer das ciências, que a caracteriza — uma renovada utensilagem, um pouco mais evoluída para certas utilizações, um pouco menos para outras. Uma utensilagem mental que essa civilização, que essa época não está segura de poder transmitir, integralmente, às civilizações, às épocas que lhe sucederão; poderá conhecer mutilações, retrocessos, importantes deformações. Ou, pelo contrário, progressos, enriquecimentos, novas complicações. Vale para a civilização que a soube forjar; vale para a época que a utiliza; não vale para a eternidade, nem para a humanidade: nem mesmo para o curso restrito duma evolução interna de civilização...” (10).

Ou seja, no nosso caso: o estudo da língua (a expressão oral e escrita); o pensamento lógico e a mentalidade científica; os pressupostos religiosos e o pensar ateuista. O estudo da língua implicará técnicas de pesquisa filológica das quais não estou, por ora, seguro, e ótimo seria se pudesse utilizar, do meu ponto de vista, as conclusões de especialistas. Mas, para já, podem apresentar-se pesquisas muito significativas a fazer: os neologismos e os conceitos correspondentes; as palavras que morrem; o teor geral da sintaxe e possíveis alterações. Assim, por exemplo, pude verificar pequenina amostra do que é possível fazer-se na expressão escrita de Antero, o predomínio das palavras “república” e “liberdade” em 1870, é substituído pelo das palavras “classe” e “pensamento” em 1872. Acaso ou sinal de uma evolução? Quanto ao pensamento ló-

(9). — *Dicionário Bibliográfico*, Suplemento vol. XIII art. José Joaquim Pereira Falcão.

(10). — *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle*, p. 157.

gico e mentalidade científica há que averiguar: a precisão do pensamento nos diversos círculos sociais, e em quais, e porquê, se afirma o triunfo do espírito de precisão sobre o de “pouco mais ou menos”, ou sobre o de “ouvir dizer”. Isso significará o estudo dos tímidos, mas apesar de tudo importantes, esforços científicos portugueses e a sua repercussão pública, como também o pensamento de teor filosófico e o choque nele verificado entre uma determinada concepção da ciência. No caso português, afigura-se-me também de importância fundamental o estudo da mentalidade religiosa, ou das mentalidades religiosas, e da mentalidade prática, consideradas geográficas e socialmente. Não é certamente, por acaso, que, em 1873-74, o número de bulas consumidas, em relação a cada 100 habitantes, varia de 60, em Bragança, e 57, em Braga, até 9, em Beja (11).

Indissolúvelmente ligado a este escopo está o estudo dos *agentes e meios de cultura*, matéria para cuja importância António José Saraiva tem chamado a nossa atenção. Os mais importantes são, para o século XIX, ao que parece, os seguintes: a instrução; o jornalismo; a literatura; o teatro. Sobre a instrução não desejo pronunciar-me porquanto, em boa hora, Rui Grácio se encarregou do estudo dessa matéria e, na devida altura, nos comunicará sobre isso o que tiver a dizer. Quanto ao jornalismo, nunca será demais ençarecer a sua importância para o estudo de quase todos, se não de todos, os aspectos da história oitocentista. E, tendo presente que, como escreveu Marc Bloch, os “textos só nos falam quando os sabemos interrogar” (12), importa, em relação ao meu objetivo, interrogar do modo seguinte, essa massa compacta de documentação que é o jornalismo português oitocentista.

- 1) Relações geográficas entre o jornalismo e o alfabetismo.
- 2) Jornalismo nacional e jornalismo regional.
- 3) Quais as tiragens e expansão das várias espécies de jornais?
- 4) Os jornais que duram e os que morrem: porque?
- 5) Quem pode comprar jornais?
- 6) Quem lê os jornais e que jornais?
- 7) O que se procura na sua leitura?
- 8) Que função desempenham na difusão das idéias, dos sentimentos, de atitudes mentais típicas.

A profusão dos jornais existentes, o seu interesse relativo, a autenticidade e significado dos testemunhos implicam problemas metodológicos que estão longe de ter obtido solução em qualquer parte, e que necessitam ser enfrentados. O fato, porém, é que numa população tão pouco alfabetizada como a portuguesa, o *Diário de Notícias*, em 1865, vendido 10 rs., saía para a rua com uma tiragem de 5.000 exemplares e, em 1880, a sua tiragem era já, pelo

(11). — Gerardo Pery, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colônias*, p. 278-9.

(12). — *Métier d'Historien*, p. 26.

menos, de 30.000 exemplares. Neste mesmo ano, havia, em Portugal, cêrca de 200 jornais (13) e, em 1894, escrevia-se num jornal de Sesimbra estas palavras significativas: “o jornal é um ariete indispensável à civilização de um povo. O livro, os grossos cartapácios, foram substituídos pelo portátil diário ou pelo ligeiro hebdomadário” (14). Impossível, pois, deixar de considerar a importância e as implicações da atividade jornalística. No entanto, como muitas outras, tarefa quase inteiramente por fazer.

Se há capítulo da história oitocentista que, apesar de tudo, tem sido estudado, êsse é o da literatura. Aí, na verdade, há muito elemento colhido, muito fato apurado, muita coisa sabida. Ainda bem que assim é. No entanto, gostaria de chamar a atenção para os seguintes pontos, de importancia capital em vista do objetivo que me propus.

Na maioria dos estudos de história literária, no nosso tempo realizados, tende-se a valorizar aquêles autores que, entre nós, ainda gozam de audiência, e a esquecer os que tiveram o seu tempo, e passaram de moda. Garrett, Herculano, Camilo, Antero, Eça, Oliveira Martins, Júlio Dinis são, talvez, os autores cujas obras se encontram melhor estudadas. E, de um certo ponto de vista, compreende-se essa primazia: embora ligados ao tempo que os gerou, o valor da sua expressão literária, os temas abordados, as correntes em que se situam dão-lhes, por vêzes, inegável atualidade. E das reações que em nós despertam imaginarmos os seus contemporâneos a vê-los com os “nossos” próprios olhos, é isso um salto fácil de dar e perigoso, porque possivelmente nos conduzirá a errada perspectiva histórica. Nós fizemos e fazemos uma determinada seleção valorativa das manifestações literárias que o século passado nos legou: mas no tempo em que as suas obras foram publicadas, pensava-se o mesmo delas? As reações que elas suscitavam eram as nossas? Um Herculano, por exemplo, suscitava, no seu tempo, reações muito mais nítidas e contrastantes do que hoje; um Antero tinha um público cuja importância e significado está por averiguar, mas a verdade é que também despertava violenta hostilidade, especialmente nas hostes republicanas. Um Oliveira Martins hoje é, sem dúvida, visto por um prisma diverso do dos seus contemporâneos. Isto, quanto aos *grandes*, aos que, de algum modo, venceram as limitações circunstanciais do seu próprio ambiente, projetando-se no nosso. Mas não apenas êstes devem interessar o historiador. Em volta dêles, há uma chusma de outros escritores, com os seus públicos e, alguns, com larga audiência — um Júlio César Machado, um Pinheiro Chagas, por exemplo, na década 1870-80. Donde, para mergulhar na ambiência literária das várias épocas do século e, mediante ela, nas vivências epocais, a necessidade de or-

(13). — Eduardo Coelho, *Notice présentée au Congrès International de Lisbonne*, en 1880.

(14). — *O Cezimbrense*, N.º 1, 1894.

ganizar bibliografia exaustiva de tudo quanto se publicou para, depois, se procurar entrever, em conjunto, a função ou as funções da expressão literária oitocentista — as idéias, os sentimentos, as atitudes mentais através dela irradiadas. E qual a amplitude da irradiação? Quem lia, e que obras obtinham o favor público? Um dos inquéritos e realizar, dêste ponto de vista, é o das tiragens habituais e excepcionais. Seria verdade que, como confessavam os gráficos do Pôrto, em 1881, “são raras as edições de tiragem superior a 1.000 exemplares porque as contrafações de qualquer livro mais bem aceite fecham o mercado brasileiro”? (15). Mas não teremos também de considerar fatos como êste: *As Pupilas do Sr. Reitor*, publicado em 1867, alcançava a 5.^a edição em 1883; *A História de Portugal*, de Oliveira Martins, publicada em 1879, alcançava a 4.^a edição em 1886?

Não só a literatura portugêsa deverá ser considerada. As traduções hão-de ser também minuciosamente estudadas. Em 1871, por exemplo, simultâneamente com publicações de propaganda ibérica, e de propaganda socialista, na rêsaca, em parte, provocada pelos ecos da Comuna de Paris, de Rocamboles havia à venda, pelo menos, 12 volumes, e de 15 em 15 dias, saía a lume, em Portugal, um novo livro do famigerado autor. Paulo de Kock tem, tudo o parece indicar, um largo e fiel público. “A fábrica de papel da Abelheira, as tipografias, os distribuidores de cadernetas, os brochadores, os livreiros, tôda essa gente durante anos comeu e bebeu da *Irmã Ana*, do *Homem dos três calções*, da *Magalona*...” (16) — diz Júlio César Machado. Ora, desvalorizar o significado ideológico ou, na pior hipótese, psicológico de obras tais seria, do ponto de vista do historiador, um erro. Se têm leitores, se as edições se sucedem, correspondem a uma necessidade, e contribuem para criar uma atmosfera. Georges Duveau, encontrando na França do 2.^o Império um fenômeno semelhante em relação a Eugène Sue, aliás, também largamente traduzido em Portugal, Pigault-Lebrun, Paul de Kock, explica-o dêste modo penetrante: “Precisemos que o realismo familiar, a libertina garotice de Pigault-Lebrun, de Paul de Kock não explicam por si sós o favor público de que gozam êstes romancistas. Eugène Sue, nascido em 1801, exprime o pensamento democrático e socialista dos anos quarenta, mas Pigault-Lebrun, nascido em 1753 e Paul de Kock, em 1794, pertencem a uma família espiritual diferente da do autor do *Judeu Errante*. Usam um tom mais maroto, menos predicador e sorrindo (a vulgaridade licenciosa do seu sorriso não é razão para afastá-los do povo), propagam as idéias de 1789” (17).

Em suma: urge compreender a função psicológica e social da literatura no seu tempo e não no nosso; as vivências que ela expãn-

(15). — *Inquérito Industrial de 1881* — Visita às fábricas, 2.^a parte, 226.

(16). — Júlio César Machado in *Diário Ilustrado*, de 22 de setembro de 1872.

(17). — *La vie ouvrière em France sous le second empire*, p. 475.

de, as tradicionais e as renovadoras — e, mediante êsse inquérito, darmos um passo no sentido do estudo das formas de mentalidade oitocentista.

O mesmo problema se há-de pôr em relação ao teatro, se bem que as suas repercussões nacionais sejam certamente menores do que as da literatura. Mas nas cidades, Lisboa e Pôrto, e possivelmente noutras, o teatro mobiliza as atenções de certos grupos sociais — e de tal modo que há, aí, todo um longo inquérito a efetivar. Quando se nos põe o problema do teatro português oitocentista ocorremos logo, é claro, o teatro de Garrett e mais o *Frei Luiz de Sousa*, talvez a *Morgadinha de Val-Flor*, e que mais? No entanto, quem consulte catálogos das livrarias da época verá que, na maioria dêles, a produção teatral aí avulta de modo inesperado. Há fecundíssimos autores teatrais, hoje totalmente esquecidos, cujas peças eram representadas e publicadas. Luiz de Araújo, Sousa Bastos, por exemplo, na década 1870-80. Qual o papel dêsses autores, hoje ignorados, no seu tempo? Quais os temas e os conflitos prediletos dos freqüentadores dos teatros? E' muito possível que nesse teatro morto vamos encontrar reflexos duma mentalidade, duma ambiência mental e social. Por exemplo, em 1872, ano dos primeiros movimentos grevistas em Portugal, Luiz de Araújo levava à cena uma peça intitulada *Dois operários em greve* onde se ridicularizava, para um público burguês, os grevistas de Lisboa. Os têrmos em que a questão é posta, não têm apenas por fim provocar a hilariedade da platéia, — e, dado que tivessem, não tem pouca importância histórica averiguar que motivos, em dada época, mais facilmente provocam o riso coletivo.

E' muito possível que as anteriores considerações, na medida em que se referiram a pontos concretos de análise, tenham levado o ouvinte a esquecer momentâneamente o objetivo comum que todos êles implicam, subjacente em tôdas estas minhas palavras — a *evolução das formas de mentalidade portuguesa ao longo do século XIX*. Evidentemente, não se trata de tarefa que se possa realizar do pé para a mão; não é também tarefa, ao que me parece, que *diretamente* possa ser intentada no estado atual do nosso conhecimento do século passado. Para que a névoa, que nos vela a visão dessa realidade, pouco a pouco possa ser vencida, há inquéritos especiais a elaborar e a realizar, pontos de pormenor a deslindar, longas jornadas a levar a cabo e que só indiretamente nos conduzirão ao objetivo proposto. Assim, por exemplo, urge confessar que o inquérito que atualmente realizo referente à industrialização e aos meios técnicos, só êsse exigirá alguns anos de trabalho persistente. Investigar é analisar; a análise de múltiplos caminhos pressupostos tem, necessariamente, de ser efetivada com as minúcias e as conscientes limitações dum caminhar que se quer seguro. Mas a análise é um meio, e não um fim, insista-se até à saciedade. Um meio de uma compreensão que apenas se alcançará me-

diante coordenadas gerais nas quais o elemento se há-de ou integrar e viver, ou não, e perder-se na poeira dos eventos circunstanciais e anedóticos. Ora, não é, evidentemente, uma história anedótica que eu viso. E, por isso, condenado à análise, é necessário ter sempre presente o rumo pré-estabelecido para que os acidentes da pesquisa, os seus inesperados atrativos, os novos filões que se vão descobrindo nos não desviem demasiado e, sim, gradualmente se integrem numa progressiva visão sintética de conjunto. Numa visão construída aos poucos, por aproximações e enriquecimentos sucessivos. Algum dia integralmente realizada? Nunca houve, nem há, ciência integralmente lograda: uma conquista implica novos problemas, novas dificuldades, tudo visando uma compreensão cada vez mais alta e unificadora da multiplicidade sob a qual a experiência se nos depara. Mas sem objetivo imediato, ou longínquo, não há ciência possível. Daí, que eu me veja obrigado a acentuar, uma vez mais, o objetivo que busco, os problemas que intento compreender, mediante os esboços de análise anteriormente apresentados e outros, possivelmente, que ainda se me hão-de impor.

A compreensão do sentir, do pensar e do querer dos homens das diversas épocas do século XIX — êsse é o meu objetivo final. A compreensão da psicologia epocal dos diversos grupos sociais do século passado, tanto quanto o estudo da sensibilidade, do esforço de intelecção, do pensamento e da ação nos permitam reconstituir formas de mentalidade não consideradas em compartimentos estanques (sentir, pensar e querer) mas em visão funcional da realidade psíquica.

Em primeiro lugar, a *sensibilidade*. Charles Blondel, na sua *Introdução à Psicologia Coletiva*, mostra como a afetividade apresenta, quase sempre, ressonâncias coletivas. Assim se exprime o psicologista francês: "Normalmente, os estados afetivos vivem-se no seio de grupos mais ou menos delimitados, no interior dos quais exercem uma ação contagiosa, mais ou menos intensa. Todo o estado afetivo um pouco acentuado tende a ecoar sôbre o grupo e a beneficiar com a reação dêste eco. Quanto mais o meio em que nos encontramos lhe está socialmente adaptado, mais nítida e franca é a sua participação, maior força ganha a nossa emoção. Na ausência dêste meio e desta participação, a emoção não realiza tôdas as nossas virtualidades mentais e motoras. E é assim que, em regra geral, as nossas emoções nascem, crescem e se expandem num meio humano que não poderá ser qualquer que, de algum modo, as compensa do choque que delas recebe. Quando familiares, as nossas alegrias e dôres patenteiam-se ante os amigos íntimos, contêm-se antes os simples conhecidos e inibem-se ante os que passam; quando nacionais, permitem-nos, no nosso país, travar conversas na rua, e, no estrangeiro, adotar uma máscara de reserva e de dignidade. As nossas cóleras alimentam-se com o furor ou a indiferença dos nossos adversários, com a participação dos nossos amigos; extin-

quem-se por falta de resistência ou de ajuda[. . .] E', pois, bem verdade que para se desenvolverem, é preciso, naturalmente, aos estados afetivos um meio social que lhes esteja adaptado, como verdade é que são elaborados em nós, não só pelo que para nós representam, mas pelo que são para outrem e pelo acolhimento que recebem" (18).

Com um âmbito mais restrito mas não de menor interesse, E. Bauer (19) exprime-se d'este modo: "Aquilo a que, em arte, pejorativamente se chama a "moda" é uma realidade social que se impõe aos maiores. Incontestavelmente existem "escolas". São complexos conjuntos de tradição, de processos técnicos, de modos de pensamento e também de metafísica. A nossa ignorância é que geralmente nos permite considerar os grandes artistas como meteoros solitários. *A técnica e a sensibilidade humanas evoluem coletivamente*. Dêste modo, é-nos hoje impossível experimentar na audição duma partitura de Wagner aquêlê sentimento de profundidade quase-divina que por 1890 ela despertava".

Na verdade, assim parece ser. Mas não só em relação à sensibilidade culta, à sensibilidade da elite intelectual. De harmonia com o que anteriormente ficou dito, temos de levar o nosso inquérito a mais largas camadas sociais. Assim, intentamos considerar as reações afetivas típicas do rural e do cidadão, do agricultor e do operário perante uma série de "ressoadores"; a reação à máquina e aos transportes modernos; a reação à morte, ao amor, à vida, à religião, à política, — e como se manifestam a piedade, a crueldade, a alegria, e que aspectos comuns ou divergentes assumem.

As "modas" cultas, refinadas, não podem também deixar de ser consideradas. Como reage a elite intelectual às artes plásticas, à música, à poesia, à religião? Que se busca na emoção estética ou religiosa e o que delas se encontra?

As emoções são, como vimos, contagiosas, irradiantes: não se acantonam, sempre, nos limites de um grupo social; extravasam por vêzes, e assumem aspecto nacional. Tenhamos em vista, por exemplo, o centenário de Camões (1880), o Ultimatum Inglês (1890); o sentimento da decadência nacional, que parece ter-se generalizado a tôdas as camadas sociais.

Em segundo lugar, mas funcionalmente considerado, o pensamento.

As percepções modificam-se através do fluxo temporal e, num mesmo período, conforme as atividades fundamentais dos grupos humanos, conforme os interesses dominantes que os caracterizam, conforme a utilidade mental de que dispõem, pode haver também, e sempre as há, importantes diferenças a considerar. Os níveis perceptivos sucedem-se temporalmente — eis verdade que nin-

(18). — In *Breve Antologia Filosófica*, Joel Serrão e Jorge de Macedo, 1.º vol., p. 153.

(19). — *L'Invention*, p. 137 — 9.ª Semaine Internationale de Synthèse, 1938.

guém se lembrará de contestar. Mas podem coexistir diferentes níveis de percepção. “As nossas percepções genéricas — diz o mesmo Charles Blondel — são feitas não só com aquilo que as sensações lhes trazem, mas também e talvez, sobretudo, com aquilo que as representações coletivas lhes impõem” (20). Todavia as representações coletivas do aldeão e do cidadão duma mesma época, coincidem integralmente? Haverá pontos comuns, mas outros não menos divergentes. Daí, que a tentativa de averiguar a contextura dos vários quadros espaço-temporais se revista de particular interesse e urgência. Particularmente, a noção de tempo nos diversos meios técnicos, e o caminho para a sua uniformização, ao longo do século XIX, apresenta-se como investigação de grande importância para o esclarecimento de muitos outros problemas históricos cuja visão clara grandemente dependerá dos resultados que, por essa via, se obtiverem.

Existe, também, uma memória coletiva — e há que estudá-la do mesmo modo.

Depois, com um escopo menos lato mas não menos importante, a necessidade do estudo da mentalidade científica e da mentalidade técnica. Eis problemas a pôr: a) qual a natureza, caracteres, função e as condições da ciência portuguesa oitocentista? b) qual a natureza, caracteres, função, e as condições de vária sorte, da mentalidade técnica do mesmo período? c) qual o significado da multiplicidade de inventos técnicos portugueses patenteados a partir de 1836? d) somos nós incapazes de espírito prático por misteriosas virtudes e defeitos de raça, como levianamente se tem aduzido, ou as causas do relativo malogro d’ele são outras, que urge desvendar? O quê, desde já, se pode afirmar é que, de 1836 a 1870, foram registados cerca de 56 inventos portugueses, e, dentre eles, poderemos citar como exemplos os seguintes:

em 1842 — “Máquina para extrair o azeite da planta denominada *purgueira*”.

em 1852 — “Aparelho próprio para fabricação de gás para iluminação extraído dos produtos vegetais do país”.

em 1854 — “Fabrico de papel de celulose extraído da piteira”.

Correlativamente se há-de considerar, sem os habituais anacronismos, a existência duma especulação filosófica, seu valor e irradiação — assim como as condições culturais, e outras, que lhe cercaram o voo, que limitaram a sua amplitude.

Não deveremos deixar, outrossim, de considerar, em terceiro lugar, a *atividade*. Problema que se apresenta sob maiores dificuldades do que os anteriores. Se, no respeitante à sensibilidade e ao pensamento, há vias entreabertas, esboços de métodos, aqui, desde o princípio, tudo está por fazer. Penso, porém, que a pressão social e técnica se não exerce menos neste campo do que nos outros. No sentido mais lato da palavra agir, os homens agem não só

(20). — *Introduction à la psychologie collective*, p. 117-8.

por impulsos e decisões individuais, mas também em função das forças que dão sentido a essa ação, em função de coordenadas temporalmente determináveis.

A ação não se apresenta sob uma única e exclusiva modalidade, nem com o mesmo significado psicológico ou social: há níveis de atividade. Há um pensamento agente e outro, conscientemente teórico, que se recusa à ação que não seja o próprio ato de pensar. Há inibições e impulsos característicos dum determinado meio técnico-social. Há grupos sociais que valoram certas modalidades da ação e outros que as sub-valoram. Pois bem: será possível, dum ponto de vista histórico, estabelecer correlações entre êstes fatos e outros simultâneos? Será possível compreender as condições que inibem a ação em dados círculos sociais e as que noutros permitem vencer a passividade? Quero crer que sim. E, se bem um inquérito dessa natureza, assim com os anteriores aliás, não possa ser levado a cabo sem o ativo concurso de psicólogos trabalhando de íntimo acôrdo com historiadores, se bem as dificuldades que êle supõe sejam muito grandes, particularmente entre nós, isso não nos poderá nem deverá impedir de procurar trilhar o que supomos ser o bom caminho.

Apesar dos cuidados tomados, bem receio que ressalte pouco evidente a minha crença no perigo dos compartimentos estanques em psicologia, ou em história nela inspirada. Sensibilidade, pensamento, ação — sim, sem dúvida. Mas essa análise desmembrada conduzir-nos-á, acaso, à compreensão tanto quanto possível totalizante dos homens, dos grupos sociais duma época? Em primeiro lugar, torna-se evidente que sensibilidade, pensamento, ação em vez de considerados como coisas em si, se apresentam apenas como vias de penetração no psiquismo que, evidentemente, é um conjunto. Em segundo lugar, entendo que, particularmente no respeitante ao século XIX, o inquérito só estará realizado, se algum dia o estiver, quando formos capazes de realizar o seguinte *desideratum*:

A geografia e a sociologia da rotina e inovação nos diversos aspectos da vida cultural. A rotina e a inovação nos diversos grupos sociais dispondo de dada aparelhagem técnica e utensilagem mental. As inter-ações da rotina e da inovação consideradas regional e nacionalmente. Sim: rotina e inovação — na ferramenta do trabalho quotidiano; no suporte lógico do pensamento; na linguagem que o exprime; nas reações afetivas e conflitos peculiares; na ação e na passividade; nas idéias, nos sentimentos, no querer e no agir; nas correntes ideológicas (sobrevivências do passado, necessidades do presente, aspirações do futuro). Ora, realizar tudo isso, ou confiantemente para lá caminhar, é, ao que creio, dissipar mal-entendidos, e abrir um dos caminhos da história que, imperiosamente, o nosso tempo de nós exige.

JOEL SERRÃO